

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

. Dr. Eurico Vieira de Rezende

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

. Dr. Stélio Dias

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Dr. Leandro Nader

PLANO DE TRABALHO

RECURSOS: SEPS/MEC

EXERCÍCIO: 1980

ÍNDICE

	Página
1. Atendimento Educacional em Áreas Periféricas Urbanas	01 ✓
1.1. Atendimento Integrado ao Pré-Escolar de Porto de Santana	16 ✓
1.2. Educação de 1º grau em Áreas Periféricas	33 ✓
2. Desenvolvimento do Ensino na Zona Rural	56 ✓
2.1. Ensino de 1º grau na Zona Rural	76 ✓
3. Expansão de Oportunidades Educacionais e Melhoria das Condi- ções Físicas de Atendimento a Nível de 1º grau na Zona Urba- na	98
3.1. Expansão da Réde Física de Unidades Escolares de 1º grau na Zona Urbana	113
4. Educação Supletiva	130
4.1. Ensino Supletivo de 1º grau na Zona Rural	141
4.2. Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Suple- tivo	159
4.3. Expansão e Melhoria do Ensino Supletivo	178
4.4. Qualificação e Habilitação Profissional	194
5. Desenvolvimento do Ensino de 2º grau	210
5.1. Habilitações Básicas	228
5.2. Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino- 2º grau	242
5.3. Apoio ao Desenvolvimento das Instituições Privadas ...	260
6. Assistência Técnica e Financeira aos Municípios	297
6.1. Cooperação Técnica e Financeira Para o Desenvolvimento do Ensino no Município	309

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO

O Censo Escolar/Pesquisa Sócio-Econômica, realizado no Espírito Santo, em 1977, revela que 47,05% (800.653 pessoas) da população do Estado residiam na zona rural; isso significa que decresceu a participação da população rural em relação a do total de Estado, pois em 1970 era de 51,49 % essa participação. A taxa média de crescimento na zona rural, durante o período 1970/77 foi de -1,4% a.a.

O fenômeno pode ser explicado em virtude de transformações ocorridas na agricultura estadual: a erradicação dos cafezais acarretou a redução de 45% da área cultivada e o desemprego de 50 mil trabalhadores rurais.

As terras liberadas pela cultura cafeeira foram ocupadas na maior proporção pelas pastagens. Em consequência, efetuaram-se "fluxos migratórios, deslocando-se predominantemente, da zona rural para as sedes municipais e destas para centros maiores" (pólos de desenvolvimento). A Microrregião de Vitória, formada pelos municípios de Serra, Viana, Cariacica, Vila Velha e Vitória concentrou a maior parte das migrações no sentido urbano. Observa-se também deslocamentos populacionais no sentido rural-rural. Qualquer que seja o sentido tomado pelas migrações, a busca de trabalho e melhores condições de vida fazem-se sempre presentes.

Nesse contexto, a industrialização surgiu como alternativa capaz de oferecer base de sustentação ao Estado. A participação da agricultura na sua renda interna decresceu, cedendo lugar à crescente participação da indústria. Cabe esclarecer que a ascensão que vem ocorrendo no setor de serviço deve-se ao fato deste setor estar acobertando a população liberada pela agricultura.

Embora na estrutura agrária do Espírito Santo predominem os minifúndios, uma série de dificuldades relacionadas a crédito, comercialização, subemprego, etc. explicam o quadro de carências sócio-econômicas que envolvem as áreas rurais. Sabe-se, por exemplo, que da população residente no Estado (com 10 anos e mais de idade) que percebia até 1 salário mínimo (em 1977), 41,68 % encontravam-se engajadas em atividades agropecuárias; no grupo de rendimento de 1 a 2 salários situavam-se 33,06 % e que na faixa de "sem renda" localizavam-se 81,32 % das pessoas nessas atividades.

Observa-se, assim, a expressiva pobreza em que vive grande parte da população rural; inserem-se no quadro os trabalhadores assalariados, meeiros, etc. mas também os pequenos proprietários, cujas terras não lhes garantem sequer meios de subsistência.

A educação, como componente do sistema social, sofre os reflexos das carências das comunidades rurais, ao mesmo tempo em pouco ou nada o processo educacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO

A análise da situação educacional rural evidencia uma série de deficiências, conforme segue.

Apenas 63,91% das pessoas residentes na zona rural do Estado com 7 anos e mais "sabiam ler e escrever" no ano de 77. Resalta-se que na MR 203 - Alto São Mateus esse percentual foi de 49,21%. O nível de escolarização da população era baixo: 51,63% das pessoas acima de 5 anos possuíam de 1 a 4 anos de estudo.

O ensino de 1º grau apresentou a taxa de 70,53 de escolarização em relação à população de 7 a 14 anos e de 18,11% em relação às pessoas de 15 a 18 anos (Quadro 1).

QUADRO 1

POPULAÇÃO DE 7 A 18 ANOS - POPULAÇÃO QUE FREQUENTA ESCOLA /
POPULAÇÃO QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA - TOTAL DE ESTADO NA ZONA RURAL

ANO: 1977

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO QUE FREQUENTA ESCOLA -%			POPULAÇÃO QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA-%			SEM INFOR- MAÇÃO
		TOTAL	1º GRAU	OUTROS CURSOS *	TOTAL	DESISTENTES	SEM ESCOLARIDADE	
7 a 10 anos	92.910	77,51	77,47	0,04	19,05	3,84	15,21	3,44
11 a 14 anos	85.703	63,76	63,01	0,75	34,00	25,83	8,17	2,24
TOTAL	178.613	70,91	70,53	0,38	26,23	14,39	11,84	2,86
15 a 18 anos	76.310	23,07	18,11	4,96	72,12	61,48	10,64	4,81

FONTE: CENSO ESCOLAR/PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA/SEPL/SEDU

* Alfabetização Funcional , 2º Grau Superior.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

No grupo etário de 7 a 10 anos, 20.928 crianças estavam fora do ensino de 1º grau. Nesse grupo concentra-se a maior incidência de pessoas sem qualquer escolaridade, provavelmente devido às entradas tardias à escola. Embora em número pouco significativo, observa-se que crianças desse grupo etário frequentavam curso de Alfabetização Funcional.

Na faixa de 11 a 14 anos, o percentual de crianças que frequentam escola é mais baixo e o número de desistentes mais alto. Embora algumas das causas de evasão estejam fora do Sistema de Ensino sabe-se que a oferta de oportunidade de escolarização ao nível das últimas séries do 1º grau é limitadíssima na zona rural; além disso, as crianças nessa idade já se constituem em força de trabalho nas atividades agrícolas.

Chama-se a atenção para o fato de que 13.827 pessoas com idade compreendida entre 15 e 18 anos frequentavam escola de 1º grau, sem que essa oferta incluisse qualquer orientação para o trabalho adequada às características das comunidades rurais.

De um lado, a escola rural ao nível das quatro primeiras séries não apresenta desempenho satisfatório em relação às crianças na faixa etária correspondente a essas séries; do outro, atende a alunos além dessa faixa, oferecendo-lhes o mesmo tipo de ensino.

A composição da matrícula por idade e série das pessoas de 7 a 14 anos encontra-se no quadro 2. Daí se depreende que a participação das diversas séries no total da matrícula é a seguinte:

1a. série - 38,20 %	5a. série - 4,45%
2a. série - 22,42 %	6a. série - 2,83 %
3a. série - 16,83 %	7a. série - 1,66 %
4a. série - 12,68 %	8a. série - 0,75 %
2º grau - 0,15 %	

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

QUADRO 2

POPULAÇÃO ESCOLAR E ESCOLARIZADA POR IDADE, SÉRIE E GRAU DE ENSINO

ANO: 1977

TOTAL DE ESTADO - ZONA RURAL

IDADE	POPULAÇÃO	ESCOLARIZAÇÃO										TOTAL	%
		1º GRAU								2º GRAU			
		1a.SÉRIE	2a.SÉRIE	3a.SÉRIE	4a.SÉRIE	5a.SÉRIE	6a.SÉRIE	7a.SÉRIE	8a.SÉRIE				
7 ANOS	T R	45.837 24.236	25.957 13.848	6.865 2.197	1.216 357							34.038 16.402	74,26 67,68
8 ANOS	T R	44.288 23.097	18.030 11.247	12.504 5.028	5.534 1.550	975 283						37.043 18.108	83,64 78,40
9 ANOS	T R	43.602 22.539	11.897 8.107	10.522 5.605	10.199 3.558	4.706 1.201	612 112					37.936 18.583	87,01 82,45
10 ANOS	T R	45.603 23.038	8.330 5.762	8.611 5.145	9.269 4.385	8.891 2.927	3.990 574	603 96				39.694 18.889	87,04 81,99
11 ANOS	T R	44.582 21.882	5.544 3.857	6.247 3.982	7.386 3.933	7.896 3.570	6.958 1.277	3.492 492	501 58			38.024 17.169	85,29 78,46
12 ANOS	T R	46.498 22.312	3.925 2.714	4.866 3.123	5.965 3.424	6.905 3.497	5.935 1.468	6.240 1.027	3.089 368	387 60		37.311 15.681	80,24 70,81
13 ANOS	T R	44.515 21.021	2.447 1.673	3.062 2.010	4.160 2.488	5.153 2.759	4.514 1.261	4.913 1.042	5.362 763	2.345 266	270 30	32.226 12.292	72,39 58,47
14 ANOS	T R	43.874 20.488	1.588 1.000	1.900 1.200	2.537 1.545	3.402 1.775	3.059 928	3.829 915	4.467 906	4.480 621	1.900 167	27.162 9.057	61,91 44,21
TOTAL	T R	358.799 178.613	77.718 48.208	54.577 28.290	46.266 21.240	37.928 16.012	25.068 5.620	19.077 3.572	13.418 2.095	7.212 947	2.170 197	283.434 126.181	79,00 70,65

FONTE: CENSO ESCOLAR/PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA/SEPL/SEDU

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

QUADRO 3
MATRÍCULA DE 1a. A 4a. SÉRIE DO ENSINO DE 1º GRAU -1974/77
TOTAL DE ESTADO NA ZONA RURAL

ANO	MATRÍCULA			
	1a.SÉRIE	2a.SÉRIE	3a.SÉRIE	4a.SÉRIE
1974	60.980	-	-	-
1975	-	27.084	-	-
1976	-	-	19.979	-
1977	-	-	-	15.005

FONTÊ: DAD/SEDU

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

Como se pode observar, cerca de 90 % da matrícula de 1º grau na zona rural concentrava-se nas quatro primeiras séries. Isso sugere a adoção de medidas administrativas e pedagógicas que objetivem ao lado da ampliação de oportunidades de escolarização, mais, ainda, a melhoria da escolarização oferecida.

Considerando a taxa de escolarização real, observa-se que à medida que se ascende na escala das séries, essa taxa decresce, assim :

Idade	Série	Taxa real	Idade	Série	Taxa real
7 anos	1a.	57,13	11 anos	5a.	5,83
8 anos	2a.	21,76	12 anos	6a.	4,60
9 anos	3a.	15,18	13 anos	7a.	3,62
10 anos	4a.	12,70	14 anos	8a.	3,03

Os estrangulamentos observados, sobretudo na comparação da 1a. com a 2a. série e na 4a. com a 5a. série, denunciam a baixa qualidade do ensino.

Aliás, o ideal de se estender o ensino de 1º grau na zona rural ao nível das quatro primeiras séries (meta definida no Plano Estadual de Educação 1977/79) parece ter sido ambiciosa. Embora a escola se destine teoricamente a todos, verifica-se que expressivo percentual de matrículas vem se perdendo durante o processo. Veja-se, por exemplo, o que ocorreu no período 1974/77 (quadro 3). Dos alunos de 1a. série em 1974, 55,58 % não chegaram a 2a. série no ano seguinte; destes, 26,23 % não ingressaram na 3a. série em 1976; deste total deixaram de ingressar na 4a. série em 1977 24,08 % . Isto significa que cerca de 75 % das entradas na 1a. série não conseguiram obter escolarização ao nível de 4a. série do 1º grau em quatro anos (1) . Sabendo-se que a maior parte das crianças reprovadas e evadidas na 1a. série é oriunda de famílias de baixa renda, parece que a igualdade de oportunidades de educação fica comprometida e que "certas características estruturais da economia colocam em questão o papel redistributivo que se quis dar ao setor educacional." Por outro lado, considerando que a população rural tem migrado intensamente nos últimos anos, alojando-se quase sempre nas periferias urbanas e que o nível de escolarização é forte determinante na obtenção de empregos, resulta que a população migrante tem aumentado o número de desempregados e subempregados das

(1) Embora considerando que parte da população tem emigrado para outras Unidades Federadas, considera-se bastante significativo o dado.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

áreas periféricas das cidades.

De fato, é na 1a. série que se verificam as mais altas taxas de reprovação. No ano de 1977, 50,0 % das crianças que chegaram ao final do ano letivo não obtiveram aprovação para a 2a. série. Nas escolas unidocentes essa taxa é ainda mais alta. Embora, no Estado, não se haja pesquisado ainda a qualidade da leitura e da escrita das crianças promovidas da 1a. para a 2a. série, sabe-se que muitos dos alunos promovidos para a 2a. série retornam à 1a. no ano seguinte "porque não sabem ler."

A reflexão sobre as causas desses estrangulamentos leva a conclusões que já foram identificadas: entradas tardias, repetências, evasão, falta de oferta de ensino equivalente às últimas séries do 1º grau, não adequação do ensino à realidade rural, insatisfatória distribuição espacial das escolas rurais, falta de materiais de ensino, despreparo do professor (principalmente para alfabetizar). Entretanto, embora não se deva racionalizar, é preciso considerar os reflexos das carências sócio-econômico-culturais das comunidades sobre a escola. Faz-se necessário instrumentalizar a escola para suprir algumas dessas carências.

Acredita-se também que somente através de um trabalho ao nível de comunidades e de municípios, pode-se melhorar a situação. Para tanto, é preciso proporcionar à Administração Municipal condições de efetua-lo.

O exame do quadro 4 revela que cerca de 70,0 % dos alunos de 7 a 14 anos encontravam-se deslocados da série própria, no ano de 1977, apresentando de 1 a 7 anos de defasagem. É comum na zona rural a baixa frequência à escola, culminando com a desistência e posterior retorno no ano seguinte, especialmente nas regiões em que predominam lavouras. Em recente trabalho realizado em três municípios sob orientação do PROMUNICÍPIO constatou-se que, em alguns casos, a escola retém o aluno numa mesma série, mesmo tendo sido aprovado no ano anterior.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

QUADRO 4

ALUNOS AJUSTADOS, ATRASADOS E ADIANTADOS EM RELAÇÃO À
IDADE/SÉRIE, POR IDADE - TOTAL DO ESTADO

ANO: 1977

IDADE		AJUSTADOS À IDADE SÉRIE	ATRASADOS EM RELAÇÃO À IDADE/SÉRIE	ADIANTADOS EM RELAÇÃO À IDADE/SÉRIE
7 ANOS	T	25.957	-	8.081
	R	13.848		2.554
8 ANOS	T	12.504	18.030	6.509
	R	5.028	11.247	1.833
9 ANOS	T	10.199	22.419	5.318
	R	3.558	13.712	1.313
10 ANOS	T	8.891	26.210	4.593
	R	2.927	15.292	670
11 ANOS	T	6.958	27.073	3.993
	R	1.277	15.342	550
12 ANOS	T	6.240	27.596	3.475
	R	1.027	14.266	428
13 ANOS	T	5.362	24.249	2.615
	R	763	11.233	296
14 ANOS	T	4.480	20.782	1.900
	R	621	8.269	167
TOTAL	T	81.591	166.359	36.484
	R	29.049	89.321	7.811

FONTE: CENSO ESCOLAR/PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA/SEPL/SEDU

DIAGNÓSTICO (continuação)

Examinando-se os motivos que impediam a população em idade escolar de frequentar a escola, (quadro 5) encontrou-se em primeiro lugar a distância casa/escola (19,0 %), seguindo-se o fato de trabalhar (18,1 %) e de "não querer" (18,0 %) - na faixa de 7 a 14 anos. Para as pessoas com idade entre 15 a 19 anos, o trabalho evidenciou-se como razão principal (36,0 %), seguindo-se de não querer (18,0 %) e de faltarem recursos financeiros (13,0 %). A alegação " não quer " provavelmente associa-se à falta de recursos e ao trabalho, dentre outras causas.

QUADRO 5

CAUSAS DE INTERRUÇÃO DOS ESTUDOS OU DE NÃO FREQUÊNCIA À ESCOLA RURAL.

ANO: 1977

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO	MOTIVOS								
		DEF. FÍSICA	FALTA ESCOLA	FALTA VAGA	ESCOLA DISTANTE	FALTAM RECURSOS	DEF. MENTAL	NÃO QUER	TRABA-LHA	SEM DECLARAÇÃO
7 a 14 ANOS	47.756	841	7.790	545	9.299	7.720	1.137	8.745	8.979	2.700
15 a 19 ANOS	70.341	636	8.430	267	8.867	9.349	1.249	12.694	25.613	3.236

FONTE: CENSO ESCOLAR/PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA/SEPL/SEDU

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

Em relação à distância percorrida pelo aluno de casa à escola, observa-se que para a maioria das crianças (44,8 %) o trajeto a percorrer é de até 1 Km; 20,2 % das crianças caminham de 1 a 2 Km. Convém esclarecer, entretanto, que para 13.258 crianças na faixa de 7 a 14 anos a escola situa-se a mais de 4 Km (Quadro 6).

QUADRO 6

DISTÂNCIA CASA/ESCOLA - POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS QUE FREQUENTA ESCOLA

TOTAL DE ESTADO NA ZONA RURAL

ANO: 1977

TOTAL	DISTÂNCIAS					
	ATÉ 1 Km	1 a 2 Km	2 a 3 Km	3 a 4 Km	MAIS DE 4Km	SEM DECLARAÇÃO
126.181	44,8 %	20,2 %	11,8 %	7,3 %	10,3 %	5,6 %

FONTE: CENSO ESCOLAR/PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA/SEPL/SEDU

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

Apesar de não ser fácil, é necessário estudar e propor alternativas para a organização da rede de unidades escolares rurais, já que a sua distribuição espacial contribui para o não ingresso da criança à escola aos 7 anos, como atua negativamente para a sua permanência.

A análise do quadro 7 mostra que 81,0 % das escolas existentes no Estado, localizavam-se na zona rural; 97,0 % das escolas rurais eram unidocentes em 1976, isto é, escolas de um só professor; 0,84 % oferecia ensino correspondente às últimas séries do ensino de 1º grau; 21,0 % das escolas unidocentes encontravam-se "impedidas", tendo por causas: a falta de professor e de alunos, as condições físicas precárias do prédio escolar.

A relação aluno/sala de aula na zona rural é de 20 alunos por sala. Entretanto, essa análise é altamente prejudicada por se considerar total de Estado. Um grande número de escolas em funcionamento apresenta matrícula inferior a 15 alunos; e, até mesmo a 10 alunos.

A falta de disponibilidade financeira, a falta de políticas para o desenvolvimento do ensino rural, a concentração de ações nas áreas urbanas, buscando a todo custo a universalização do ensino de 1º grau, são causas do abandono em que se encontra a rede de unidades escolares rurais. Escolas isoladas no tempo e no espaço, em que a precariedade de suas instalações físicas, a falta de equipamentos e de materiais de ensino, mínimos à ação educativa na maioria delas refletem a incapacidade administrativa da Secretaria de Estado da Educação. Acredita-se que a descentralização das ações, através do município, poderá melhorar o panorama atual.

Embora a grande maioria de prédios escolares situem-se na zona rural, a matrícula no ensino de 1º grau aí, em 1978, significava apenas cerca de 33,0 % do total de matrículas nesse grau de ensino. De fato, a existência de numerosas unidades escolares de apenas uma sala e um professor constitui-se em determinante para o isolamento em que vivem mergulhadas essas escolas: sua fragilidade dificulta um maior relacionamento com a comunidade; impede o crescimento profissional do professor, colocando-o à margem de qualquer processo inovador; a própria qualidade do ensino fica comprometida. Sabe-se que são justamente os professores dessas escolas os que têm pior preparo. As mesmas causas que fazem com que haja, numa certa área, escolas unidocentes, determinam, também, a localização aí dos professores menos qualificados.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

QUADRO 7

NÚMERO DE ESCOLAS DE 1º GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
E LOCALIZAÇÃO - TOTAL DE ESTADO .

ANO: 1976

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	TOTAL EM FUNCIONAMENTO	PLURIDOCENTES				UNIDOCENTES			
		TOTAL	1a. a 4a.	1a. a 8a.	5a.a 8a.	TOTAL	FUNCIONANDO	IMPEDIDAS	
FEDERAL	T	2	2	-	-	2	-	-	-
	U	1	1	-	-	1	-	-	-
	R	1	1	-	-	1	-	-	-
ESTADUAL	T	3.875	442	305	69	68	4.427	3.433	994
	U	635	385	256	68	61	333	250	83
	R	3.240	57	49	1	7	4.094	3.183	911
MUNICIPAL	T	1.293	60	39	7	14	1.498	1.233	265
	U	172	57	39	7	11	120	115	5
	R	1.121	3	-	-	3	1.378	1.118	260
PARTICULAR	T	239	229	58	37	134	17	10	7
	U	203	198	52	36	110	8	5	3
	R	36	31	6	1	24	9	5	4
TOTAL	T	5.409	733	402	113	218	5.492	4.676	1.266
	U	1.011	641	347	111	183	461	370	91
	R	4.398	92	55	2	35	5.481	4.306	1.175

FONTE: DAD/SEDU

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

Por outro lado, ao contrário do que deveria ocorrer, apenas 22,7 % das matrículas de 1º grau na zona rural, em 1977, pertenciam à administração municipal, estando 74,3 % dessa matrícula a cargo do Estado. Pelo menos 11 municípios não mantêm nem administram ensino regular de 1º grau. Isso se caracteriza pela indefinição do Estado na formulação de política relativa à questão.

Relativamente ao pessoal docente que atua nas unidades escolares rurais (quadro 8) pode-se dizer que, do ponto de vista de nível de escolarização, 36,0 % não possuem habilitação para o magistério. Destes, 77,0 % pertencem à rede estadual de ensino. Entretanto, a execução do Projeto HAPRONT em 17 municípios deverá propiciar a 720 professores a conclusão do curso de habilitação.

Entretanto, considerando que a grande maioria do pessoal docente em exercício nas áreas rurais obteve sua formação em escolas urbanas, as quais não incluíram nos currículos quaisquer conhecimentos referentes à cultura rural, nem experiências que, pelo menos, lhes facilitassem as relações com a comunidade e com as crianças, nem preparação técnico-pedagógica para adequar o ensino às características do meio, conclui-se que os professores habilitados ao nível de 2º grau e de curso Superior necessitam tanto de preparo quanto os não titulados.

O quadro que se afigura ainda hoje em relação aos professores da rede estadual traz preocupações quando se analisa a sua situação funcional. Do total de professores de 1º grau que atuam em escolas rurais de 1a. a 4a. série, 83,0 % não têm vínculo empregatício; em consequência, faltam-lhes os benefícios e garantias de previdência social, sem falar dos baixos salários que percebem. Como residem de modo geral na cidade, à primeira oportunidade mudam de ocupação. Até que se consiga um outro docente, a escola se mantém fechada; as crianças ficam sem aula. Além da não realização de concurso de ingresso durante 6 anos, o afastamento ou designação de professores efetivos lotados em escolas rurais para "outras funções", naturalmente em órgãos e unidades escolares situadas na zona urbana, são causas determinantes desse quadro. Para suprir a falta do docente efetivo, a Secretaria de Estado da Educação, utiliza-se do Professor Credenciado - isto é, o professor não titulado, o habilitado ao nível de 2º grau e o habilitado em curso superior, não guardando, em qualquer categoria vínculo empregatício.

Os números e, mais ainda, a sensibilidade evidenciam a expressividade das carências educacionais na zona rural. De verdade, a escola rural apresenta-se como "um modelo deformado" da escola urbana, "exigindo de seus usuários padrões de aprendizagem pouco significativo à sua realidade, a seus valores, a suas atitudes e necessidades."

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

QUADRO 8

CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO - 1º GRAU

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	HABILITAÇÃO NÍVEL 2º GRAU	HABILITAÇÃO NÍVEL SUPERIOR	SEM HABILITAÇÃO	SEM ESPECIFICAÇÃO
FEDERAL	T	22	-	16	6	-
	U	-	-	-	-	-
	R	22	-	16	6	-
ESTADUAL	T	12.800	7.379	3.246	2.170	5
	U	8.847	4.932	3.116	794	5
	R	3.953	2.447	130	1.376	-
MUNICIPAL	T	1.722	885	423	442	2
	U	1.042	546	387	107	2
	R	680	309	36	335	-
PARTICULAR	T	2.454	1.016	953	482	3
	U	2.223	901	889	430	3
	R	231	115	64	52	-
TOTAL GERAL	T	16.998	9.250	4.638	3.100	10
	U	12.112	6.379	4.392	1.331	10
	R	4.886	2.871	246	1.769	-

FONTE: DAD/SEDU

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

DIAGNÓSTICO (continuação)

Assim sendo, um programa educacional para a zona rural do Estado deve indicar caminhos para a solução de problemas relacionados à (ao) :

- oferta de escolarização pelo menos a nível das quatro primeiras séries à população em idade escolar e, em alguns casos, a expansão à últimas séries ;
- dimensionamento e/ou reorganização e manutenção da rede de unidades escolares;
- provisão de materiais de ensino-aprendizagem e equipamentos básicos à ação educativa;
- reprovação na 1ª. série e evasão;
- assistência à criança : saúde e alimentação;
- preparação de professores e técnicos envolvidos com o ensino na zona rural;
- articulação e integração com órgãos e instituições que têm programas em desenvolvimento ou em perspectivas para a zona rural, com vistas à melhoria sócio-econômica-cultural e educacional das comunidades;
- alfabetização da população adulta (quando possível) ;
- organização do ensino de 1º grau (currículos, calendário, estrutura do ensino, etc);
- situação funcional dos professores credenciados.

Estudos aprofundados ao nível de município e/ou comunidade poderão identificar outros problemas.

Considerando a dimensão e a inviabilidade de executá-lo integralmente a curto prazo, sua implantação deverá ser gradativa. No detalhamento, ao nível de projetos, serão indicadas metas e ações a serem executadas e/ou expandidas anualmente.

Caberá ao município a sua execução, devendo o Estado responsabilizar-se pela cooperação técnica e encargos financeiros necessários a sua consecução.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

OBJETIVOS

GERAL:

- . Possibilitar à escola rural a expansão e melhoria das condições de atendimento à população em idade escolar no ensino de 1º grau.

ESPECÍFICO :

- . Viabilizar alternativas de ação que permitam à escola de 1º grau da zona rural:
 - . incrementar as oportunidades de acesso e permanência da população em idade escolar no processo de escolarização;
 - . contribuir para o desenvolvimento da comunidade .

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O programa abrangerá a zona rural dos municípios do Estado.

Durante o ano de 1980 serão beneficiados os municípios de :

Alfredo Chaves, Boa Esperança, Montanha e Muniz Freire.

Critério adotado para escolha dos municípios a serem beneficiados em 1980.

- estar o município assistindo à rede escolar da zona rural.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS

Serão utilizados as seguintes estratégias e mecanismos para a realização do programa:

- Articulação com órgãos que atuam no meio rural ou que têm programas e/ou projetos em perspectiva para o meio rural (EMATER - Secretaria de Estado da Agricultura - Projeto RONDON - CRUTAC)
- Treinamento de recursos humanos docentes e técnicos ;
- Descentralização do programa, ficando a sua execução a cargo do município, através de seu órgão de Educação;
- Assistência técnica e transferência de recursos financeiros ao município;
- Estudo para definição e implantação de alternativas em relação à rede física de unidades escolares e organização do ensino com a participação do município ;
- Integração escola/comunidade;
- Convênios.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NA ZONA RURAL

SEPS/MEC
EXERCÍCIO: 1980
UF: ESPÍRITO SANTO

CUSTO DO PROGRAMA (Em Cr\$ 1.000,00)

PROJETOS	RECURSOS DA SEPS			CONTRAPARTIDA	TOTAL
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		
1. Ensino de 1º grau na zona rural	1.605,	2.550,	4.155,	9.650,	13.805,
TOTAL	1.605,	2.550,	4.155,	9.650,	13.805,